



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---



## Comunicação política: entre o discurso sincrético do político, o mimético do porta-voz e o proficiente do analista/comentador

MÁRIO PINTO

*Universidade Fernando Pessoa* ~ mpinto@ufp.pt

### Resumo:

Actividade nobre por excelência – aliás, duplamente nobre, dada a particularidade (e feliz coincidência) de tanto o substantivo quanto o adjetivo estarem imbuídos de conotações altruísticas e remeterem, cada um de per si, para atitudes filantrópicas, porque decorrentes de (e plasmadas em) algo efectuado em prol da res publica – a Comunicação Política atravessa, hodiernamente, uma fase menos boa (piedoso eufemismo para designar o pântano em que, de facto, está mergulhada), inferência por demais óbvia e, ipso facto, tácita e ecumenicamente aceite. Do que resulta ser, o que se presumia uma ilação lógica, mais reiteradamente do que seria expectável, desvirtuada, adulterada, quando não mesmo subvertida. Motivo: o recorrente incumprimento – seja por deficiente compreensão da sua idiossincrasia, dos ditames que deviam presidir à sua incrementação e/ou das normativas que lhe subjazem seja por fins inconfessáveis (e inconfessados) – da sua finalidade primeira. A que não é alheio, no caso da maioria dos seus protagonistas (políticos profissionais, porta-vozes e quantidade não despreciable de jornalistas), o desconhecimento de que embora o vocabulário constitua uma parte determinante da língua não é o que a caracteriza como um sistema humano de comunicação, como sublinha Tusón (1995: 33), pois “los chimpancés, los páсарos y otras especies animales también poseen un léxico ligado a los deseos, juegos y aconteceres inmediatos y concretos; mas les falta la sintaxis: son animales léxicos; gramaticales, no”, e que mais importante do que o vocabulário disponível é a organização de uma língua – a arquitectura oracional; o sistema de referências interoracionais; a morfologia e o significado dos tempos verbais; a correlação temporal; o regime preposicional, pois que tudo isso constitui uma parte crucial da estrutura formal de uma língua – que, remata Tusón (id.: *ibid.*), “es precisamente lo que habrá de descubrir quien consiga tener su pericia”. Ao que acresce, no caso dos periodistas, a circunstância de não ser cabalmente assumida a máxima segundo a qual jornalista não é quem quer mas apenas aquele que além da formação intelectual é detentor de sólida formação moral. É, pois, partindo desta constatação liminar que nos propomos equacionar uma comunicação política, a coeva – criptográfica, paupérrima, primado do lugar-comum e do cliché, império do sound bite e da omnipresente gíria do porta-voz, paradigma do discurso eivado de logógrafos – protagonizada pelos profissionais supra-referidos, e por contraponto com a proficiência de exímios analistas/comentadores, numa dupla vertente (ou seja, quando na oposição ou quando na esfera do poder) e, outrossim as ambiguidades do designado 4º poder (incensado, mais por temor do que por merecido respeito).

### Palavras-chave:

Crise comunicacional, sincretismo, discurso político logográfico.

---

Actividade nobre por excelência – aliás, duplamente nobre na situação em apreço, dada a particularidade de tanto o substantivo quanto o adjectivo que o qualifica, uberoso de altruísmo, estarem imbuídos de conotações filantrópicas e remeterem, cada um *de per sí*, para atitudes meritórias, porque decorrentes de (e plasmadas em) algo efectuado em prol do cidadão a quem, informando, formam – a comunicação política consubstancia um instrumento imprescindível para o acompanhamento da actividade dos seus agentes directos e dos patamares do poder a que estes estão adstritos e, daí decorrente, para o esclarecimento do homem coevo acerca do que se passa em seu redor e a nível global.

Na verdade, a que outro meio poderá este recorrer para se inteirar do que o envolve – questões de interesse público e de interesse do público e que, como tal, directa ou indirectamente o afectam ou podem vir a afectar – senão a esta variante comunicacional, seja ela mediata ou imediata, através dos seus actores ou dos *media*? Ora, constituindo um instrumento cuja pertinência é irrefragável – porque de absoluta crucialidade para a formação da opinião, âmbito em que a sua proficuidade é inestimável – a questão que *ab initio* se impõe formular é a de saber se este desiderato será, de facto, alcançado (já que exequível é) e em que medida.

No que ao contributo dos políticos (tendente a esse fim) respeita, temos supinas razões de suspicácia quanto à sua consecução dadas quer a idiossincrasia do seu discurso, precaucionista, quer as especificidades (atávicas ou adquiridas) dos mesmos (tanto mais que, como premunitória e judicativamente Torga (2001: 848) alertava já em 1964, “Ouvir um político, é ouvir um papagaio insincero.”).

Alusão que, ao invocar (e remeter para) um dos vultos maiores da literatura portuguesa coeva, Miguel Torga, aproveitamos, para, tirando partido da feliz coincidência de se celebrar este ano o seu centenário e sendo omnipresente, no Diário, a vertente política – aliás, sempre detonadora de estados depressivos ou, no mínimo, de atonia (e nunca de ataraxia), porque decorrente de registos diarísticos úberes de reflexões agónicas –, aproveitamos, dizíamos, para, recorrendo à sua proficiência e experiência, qual farol salvífico, nos guiar neste item, destarte lhe prestando merecido preito.

Circunscrevendo a sua existência a uma equação triádica (medicina, literatura e política) que enumera como consubstanciadora da sua vivência, é o terceiro vértice desta equação – a política, que com propriedade designa “maceração” – aquele que, por constituir o maior dos seus “cilícios da existência” (2001: 885), mais jus faz ao epíteto, porque, indubitavelmente, suplício para o qual nem mesmo a “fidelidade à pujança do chão nativo” (*id.*: 882), à “terrosa humanidade”, constitui antídoto ou refrigerio, como confessa.

Ora sendo atávica a ligação de Torga à política – ademais um dos *leitmotivs* da sua obra (e vida) – afigura-se curial começar por, *ab initio*, tornar irrefragável a arquetípica coerência que enforma o seu trajecto neste âmbito. Coerência cujo simples questionamento, por ele assumido como um sacrilégio, não só o deixa em escandalizada perplexidade – e o seguinte comentário registado no Diário (6/5/1974), em jeito de resposta a um dos neófitos da liberdade, é disso apodixe – como, pior ainda, o vexa: “E fiquei sem fala diante da irresponsabilidade de semelhante pergunta. Foi como se me tivessem feito engolir cinquenta anos de protesto.” (*id.*: 1159-1160). Reacção de repulsa que, por assaz pregnante do que para Torga representa o seu percurso anterior justifica, com vista à consecução de tal desiderato, o imperativo de aqui ter tornado cristalina a univocidade granítica com que o seguiu, antes e depois do talefe que o 25 de Abril consubstancia. E exemplos demonstrativos da sua actividade política anteriores a este marco balizador é algo que não escasseia, pois sempre se assumiu (e praticou) “por palavras, actos e obras” do ‘contra’, “habitante da margem esquerda do rio das ideias” (*id.*: 933), o que o distingue da generalidade dos políticos (mesmo dos que se dizem desta área).

Exemplos que traz ao nosso conhecimento através de relatos em que, após reiteradas “sístoles e diástoles diafragmáticas” (*id.*: 882), a irrequietude interior, causadora de frequentes lucubrações pánicas, é também tema para recorrentes catarses purificadoras que, conquanto não lhe propiciem a ataraxia, lhe permitem evoluir-se do vencidismo cruciante em que amiúde mergulha e atingir o êxtase. Que, no entanto, a sistemática imbricação de planos se encarrega de quebrar, ademais prova cabal de nem tudo ser inebriamento no que vê; e, daí decorrente, a maceração que a omnipresente política implica.

E é o cidadão com este passado político, assumidamente intolerante em relação aos poderes instituídos (“Há em mim uma raiz anarquista que me não deixa tolerar o poder.” (*id.*: 830)), que não se coíbe de denunciar (“São duas ditaduras a crucificar o homem português. A política e a social. A mesquinhez do meio é aqui, pelo menos, tão tirânica como a prepotência do poder.” (*id.*: 1265)) e de cuja sanha persecutória sofre as consequências, é este homem granítico, dizíamos, que, frustrado com o rumo dos acontecimentos pós 25 de Abril (“Bem quero, mas não consigo alhear-me da comédia democrática que substituiu a tragédia autocrática no palco do país. Só nós! Dá vontade de chorar” (*id.*: 1258) não se cansa de os flagelar nos seus pontos mais fracos

Fácil de inferir do atrás dito – e por demais consabido, porque nem elidido nem dissimulado – é o pouco apreço de Torga pelos políticos<sup>1</sup>, dos quais faz questão de se demarcar (“A política é para eles uma promoção e para mim uma aflição. E não há entendimento possível entre nós, [...]. Separanos um fosso da largura da verdade.” (*id.*: 1277)), a quem por norma se refere em termos depreciativos, e cuja vacuidade e falta de lisura de processos não se exime de execrar. Disforia que ajudará a melhor compreender que, cáustico, insista na sua recorrente hostilização, não hesitando em increpar os seus vícios mais despudorados: a megalomania (“Levam-se a sério no papel de homens providenciais.”, (*id.*: 1277)), o arrivismo (“Continua a revolução, e todos se apressam a assinar o ponto” (*id.*: 1159), a indissimulável avidez do poder (“A sedução do poder! O deleite com que o saboreiam muitos dos que ainda há pouco juravam abominá-lo!” (*id.*: 1221)) e a ambiguidade (*id.*: *ibid.*): “O comportamento desses estadistas de pronto-a-vestir! O que eles dizem e o que eles fazem! [...] Adquiriram, sobretudo, uma versatilidade mental e moral inesperada.”

Demonstradas, através das demiúrgicas palavras de Torga, as razões que conferem tão pouca respeitabilidade à actuação dos políticos, compreende-se a sua recorrente exprobração por quem tem por dever informar acerca das suas actividades.

E se, como fica demonstrado, a experiência aconselha, relativamente aos primeiros – entangidos por obrigações decorrentes das funções em que estão investidos ou por imposições partidárias – que deve pontificar a prudência suspicaz quando os ouvimos, já no que aos segundos concerne, duas atitudes, dicotomicamente antitéticas, são equacionáveis: o reconhecimento, quando probos e exímios, pela clareza, isenção e rigor ecrástico das suas análises; o repúdio, quando improbos (mera ‘voz do dono’ ou despeitados) autores de prosas subservientemente bajuladoras ou, nos antípodas, verrinosas, demolidoras.

É por demais óbvio (e ninguém ousará questioná-lo) ser extremamente gratificante (e dignificante), podermos, ao ler hoje os jornais, “degustar” os sublimes manjares que são certos editoriais e artigos de opinião de excelentes profissionais que nos ajudam a descortinar tudo o que está oculto na actuação dos políticos – das suas imperscrutáveis atitudes aos seus mais insondáveis

---

<sup>1</sup> O mesmo, aliás, que nutre pelos jornalistas (“bisbilhoteiros profissionais” lhes chama (Torga, 2001: 1571), aos quais se refere em termos pouco lisonjeiros (“Os jornalistas, cruéis, teimam, insistem, não desanimam. Querem, sadicamente, saber pormenores.” (*id.*: *ibid.*), “Livrei-me das garras dum entrevistador cosmopolita” (2001: 869)), ainda que sem os hostilizar, não obstante se ter visto forçado a expulsar do seu consultório uma jornalista “que acabara de receber cordialmente e com quem dialogava de boa-fé”, e que ousou filmá-lo “à traição por uma fresta da porta da sala de espera do consultório”, à qual, “a pô-la na rua”, disse: “– Minha senhora: escrevi um dia que gostava muito de ser compreendido, mas já me contentava quando me respeitavam: E a senhora nem me compreendeu, nem respeitou. Adeus.” (Torga, 2001: 1572).

desígnios (que, de facto, existem, como Torga (2001: 1277) postulava em 1979: “Radicalmente insinceros, nenhum pudor os inibe. Mentem com tal convicção que se enganam a si próprios, e acabam por acreditar que são o que fingem ser.”) – desiderato que estes jornalistas concretizam com uma correcção, uma frontalidade e uma elevação legitimadoras da autoridade com que o fazem e os tornam credores da admiração que por eles nutrimos. Como este exemplo, entre uma infinidade de outros de idêntico teor, demonstra cabalmente:

*A fragilidade do tempo em que vivemos assenta, essencial e fundamentalmente, na dubiedade dessa “democracia” globalizada. Repare o Dilecto que nada disto é discutido, polemizado, confrontado. E, no entanto, é deste almofariz que saem os grandes e dilemática problemas da nossa época. Os quais, no caso português, não encontram resposta, adequada ou desadequada, por parte da impropriamente chamada “classe política”. Estamos, em Portugal, coagidos a aceitar uma variante que, rigorosamente, o não é. PS e PSD são os “partidos de poder”. Todavia, em consciência, podemos aceitar a idoneidade ética, ideológica, política intelectual, de uma casta que alterna entre si as benesses que as funções e o mando lhe proporcionam?*

*Baptista-Bastos, Jornal de Negócios, 20/4/2007, OPINIÃO.*

E com que “devoção” lemos muita da análise política feita por estes excepcionais comunicólogos, lídimos faróis incumbidos de dissipar a opacidade do discurso político, de nos orientarem nos labirínticos (porque intencionalmente tão herméticos) logogrifos em que a política é úbere, tão pródiga que ao afirmar algo está já a antecipar e, como tal, a procurar justificar também o seu contrário – ou, como Torga asseverava (*id.*: 1221) ao referir-se à “versatilidade mental e moral” do que apodava “estadistas de pronto-a-vestir”: “Como os oráculos, tudo o que lhes sai da boca tem dois sentidos. Falam sempre a cobrir a retirada. Às vezes apetece pôr-lhes um espelho diante dos olhos.” – faltando à verdade no mais absoluto despudor:

*O panorama político português é esta desgraça emoliente. Uma casta de segunda ordem assenhoreou-se do poder, à custa de promessas enganosas, de mentiras toscamente urdidas, de manifestas trapalhadas, de trocas de favores. O PS e o PSD correspondem-se nessas pequenas, porém torpes manigâncias. Deixou, há muito, de haver “espírito de missão”, de batalhas ideológicas, de polémicas determinadas pelas convicções. É tremendo que a governação esteja entregue a uma gentilha cujos desígnios se situam entre ganhar ou perder.*

*Baptista-Bastos, Jornal de Negócios, 18/5/2007, OPINIÃO.*

Leitura mais aprazível ainda dada a forma como estes profissionais se exprimem, ou seja, com a maior urbanidade – discordar, criticar, refutar, contrapor são prerrogativas e virtudes do regime democrático (em que felizmente vivemos) mas, outrossim, actos de cidadania –, usando para tal uma linguagem irrepreensível e uma construção frásica em que cada um dos constituintes ocupa o seu lugar, em que não se detecta o menor atropelo às normativas vigentes – ou como Maria Lúcia Lepecki<sup>2</sup> afirma: “Há excelentes jornalistas em Portugal que escrevem de maneira primorosa, com pertinência léxica e elegância sintáctica. Lê-los também é fundamental, não podemos passar sem eles” –, o que torna os seus textos verdadeiros hinos à escrita. E que, como este, felizmente existem na maioria dos periódicos:

*O Grupo Parlamentar parece um jardim-escola sedado. [...] As gafes entretêm a opinião, mobilizam a imprensa, distraem a oposição e ocupam o Parlamento. [...] O estilo Sócrates consolida-se. Autoritário. Crispado. Despótico. Irritado. Enervado. Detesta ser contrariado. Não admite perguntas que não estavam previstas. [...] Só ele faz política, ajudado por uma máquina poderosa de recolha de informações, de manipulação da imprensa, de propaganda e de*

<sup>2</sup> Cf “Jornalistas devem variar a linguagem”, in *Jornal de Notícias*, 13/5/2007.

*encenação. [...] Sem partido que o incomode, sem ministros politicamente competentes e sem oposição à altura, Sócrates trata de si. [...] Nomeia e saneia a seu bel-prazer.*

*António Barreto, Público, 27/5/2007, p. 45.*

Proficuidade que não obsta, contudo, a que a comunicação política atravessasse, hodiernamente, uma fase menos boa (piedoso eufemismo para designar o pântano em que, na verdade, está mergulhada), ilação por demais óbvia e, *ipso facto*, tácita e ecumenicamente aceite. O que resulta da circunstância de esta ser – e ao contrário do que se presumia uma ilação lógica – mais reiteradamente do que o expectável, desvirtuada, adulterada, quando não mesmo subvertida. Motivo: o recorrente incumprimento – seja por deficiente compreensão da sua idiossincrasia, dos ditames que deviam presidir à sua incrementação ou dos princípios éticos que lhe subjazem seja por fins inconfessáveis (e inconfessados) – da sua finalidade primeira.

Quadro substancialmente agravado quando a semelhante *statu quo* acresce a nítida ausência de qualidade de que a comunicação enferma, por escassez ou inexistência de conhecimentos do comunicador – e sem nos erigirmos em censores a indesmentível realidade é parte não negligenciável de uns e de outros serem exasperantemente medíocres e imbuídos de irrefutável inépcia –, assim se criando um caldo de cultura que aproxima inexoravelmente tão nobre actividade do perigoso limiar do grau zero do suportável. Afirmção que, não obstante contundente q.b., é de fácil e imediata comprovação através da leitura de qualquer periódico de referência: por mais aleatória que esta seja não há necessidade de esquadrinhar muito, tal a pletora de exemplos susceptíveis de a corroborarem.

E quando sobrevém algo similar, quando é este o cenário com o qual somos confrontados (e somo-lo demasiado recorrentemente), o que *a priori* se antevia como repto aliciante, temática empolgante, *et pour cause* de reconfortante abordagem, torna-se uma sensaboria entediante e disfórica. Culpa de que não se podem eximir os seus actores directos, políticos e jornalistas, cujo relacionamento nem sempre é o mais ortodoxo ou, tão-pouco, paradigma de lisura de processos. Desde logo pela promiscuidade (procurada por uns e aceite pelos outros) que entre ambos se entretetece – como recentemente reconhecia o director<sup>3</sup> do hebdomadário de maior tiragem: “A pressão dos Governos sobre os jornalistas é uma constante e, curiosamente, faz-se por métodos que pouco evoluíram. A relação entre as duas partes sempre foi de altos e baixos e, por vezes, algo esquizofrénica. Nada mudou.” –, e que, conclui, apenas contribui para agravar um relacionamento que, reconhecida e assumidamente, de há muito nada tinha já de recomendável (*id.: ibid.*):

O que há, de verdadeiramente novo, é – na minha opinião – uma espécie de promiscuidade que há anos não existia e que tem vindo a tornar-se, cada vez mais clara. Os gabinetes têm cada vez mais ex-jornalistas, as agências de comunicação estão cheias de ex-jornalistas e o surgimento dos cursos de comunicação – que formam jornalistas, assessores e comunicólogos – fez de toda esta gente ex-colegas e amigos de sempre que se colocam em campos distintos e, por vezes, muitas vezes, com interesses opostos. [...]

De um lado os Governos (...) querendo ser simpáticos para a malta dos jornais, mas com momentos em que tudo dariam para que a imprensa não existisse ou não levantasse assuntos incómodos. Num momento ou noutro, sempre me pareceu que alguns governantes sentiriam um grande alívio se pudessem governar sem jornais. Do outro, a comunicação social, com os seus vícios e pecados próprios, passando de fases onde tudo é perdoado (os estados de graça), para aqueles em que nada é poupado.

<sup>3</sup> Henrique Monteiro, in Expresso, 14/4/2007.

Resultado óbvio desta igualação de níveis sócio-profissionais, desta quase imbricação de funções, é a emissão de comentários tão pouco abonatórios quanto estes:

*Sem colocar em causa a qualidade e competência de todas as personalidades envolvidas, tudo isto contribui para o desprestígio dos cargos e dis (sic) titulares, que mais parecem pau para toda a obra do que cidadãos sinceramente preocupados em resolver problemas a favor dos seus eleitores. Expresso, 19/5/2007, p. 52, editorial.*

*(...) numa altura em que as pessoas começam a descreer perigosamente nos partidos. [...] Os partidos em Portugal tendem a constituir-se perigosamente em sanguessugas do Estado (...). [...] As pessoas estão desanimadas. Os partidos políticos estão, em boa medida, desacreditados.*

*José António Saraiva, Expresso, 13/8/2005, p. 3.*

apodixe do irreversível afastamento dos melhores, cedendo lugar a pletora de arrivistas – acerca de quem Torga (2001: 1160) dizia: “Continua a revolução e todos se apressam a assinar o ponto.” –, ávidos por um lugar na área do poder, alheios às nefastas repercussões da sua ‘entronização’: “O ex-ministro corre riscos, o chefe do Governo joga pelo seguro. [...] Mas é espantoso como se degrada a imagem do poder e a apetência por ministérios de pessoas menos ligadas à política e às suas intrigas.”<sup>4</sup>

Relacionamento outrossim afectado por se pautar por uma duplicidade ambígua – porque oscilante entre a ressumbrante (e indisfarçável) animosidade no discurso descaroadável de número não despiendo de jornalistas em relação a determinados políticos ou, no extremo oposto, a subserviência bajuladora – e pelo temor reverente, vulpino destes para com aqueles:

*Chega a ser confrangedora a dependência dos políticos em relação ao que se escreve nos jornais. Acreditam que os jornalistas têm um poder que verdadeiramente não têm. De facto, todos os estudos de opinião mostram que os portugueses acreditam mais nos jornalistas do que nos políticos, (...). [...] Quando muda o poder há sempre uma legião de fiéis que repete o beija-mão. É gente que, no entanto, se eterniza na oposição a quem tem de fazer.*

*Paulo Baldaia, Diário de Notícias, 13/8/2005, p. 11.*

Impetrância, quase pânico, de certos políticos, que só pode ter como corolário lógico a falta de consideração, quando não a perda de respeito (e daí, o desdém ou a animosidade), com que amplas franjas de jornalistas a eles se referem (de modo nada curial nem abonatório) e que a simples adução de uns poucos exemplos – aleatoriamente recolhidos, mas *per si* assaz elucidativos – permite comprovar:

*O ministro dos Assuntos Parlamentares reagiu às manifestações no Parlamento contra as alterações nas carreiras da função pública (...). Tem toda a razão. Cumprisse o Governo esta regra e os impostos não teriam subido. Faz o que eu digo, não faças o que eu faço.*

*Raul Vaz, Diário de Notícias, 29/7/2005, p. 4, (editorial).*

*Armando Vara não tem, igualmente, especiais habilitações para a administração da Caixa – a não ser, claro, a militância e os serviços prestados ao PS. [...]*

*Lembram-se do cartaz de campanha do PSD com a frase “quer mesmo que eles voltem?”? Estavam lá as caras de alguns que já voltaram, não à política, mas ao que a política pode fazer por eles. Fernando Gomes está na Galp, Armando Vara na Caixa. E outros se seguirão. Estão de volta. Raul Vaz, Diário de Notícias, 3/8/2005, p. 5, (editorial).*

*(...) lançar novas dúvidas e apreensões sobre a coerência do discurso de austeridade e rigor do primeiro-ministro. (...) nomeações de «boys» para empresas públicas.*

<sup>4</sup> Cf. Henrique Monteiro, in Expresso, 19/5/2007, p. 52.

*O afastamento dos administradores da CGD [...] por falta de «confiança política», substituídos por elementos partidariamente alinhados (...). O assalto partidário à CGD veio dar razão à opinião comum de que «são todos iguais», (...). [...]*

*(...) os políticos portugueses, no caso os que têm tutelado estas áreas [incêndios e défice orçamental], são claramente mais incapazes e incompetentes do que os seus colegas europeus.*

*José António Lima, Expresso, 13/8/2005, p. 5.*

*A nomeação como embaixador junto da OCDE relança na causa pública o ex-secretário-geral do PS. Que andava aos caídos desde os tempos em que agonizava na liderança dos socialistas (...).*

*Mário Ramires, Expresso, 13/8/2005, p. 7.*

*(...) nem a escolha de Armando Vara tem fundamentação plausível, além do critério político, nem os dois três telefonemas entre o Quênia e Lisboa atenuam a falta de oportunidade das férias de Sócrates. Diário de Notícias, 13/8/2005, p. 5, MC.*

*Como tudo se passa sem o mais pequeno decoro, a realidade é que volta a estar enganada quando apresenta um cenário negro. Paulo Baldaia, Diário de Notícias, 13/8/2005, p. 11.*

Se há algo imediata e irretorquivelmente inferível dos escassos exemplos transcritos é a causticidade, em termos conteudísticos, do discurso de certos jornalistas para com os políticos, que não se coíbem de reiteradamente increpar, o que regra geral fazem de modo a provar à saciedade a perda de consideração (*et pour cause*, de respeito) para a qual, convenhamos – ainda que sem o intuito de desculpabilizar ou branquear procedimentos menos correctos de alguns escreventes –, os políticos dão “inestimável” contributo<sup>5</sup>.

É, pois, partindo desta constatação liminar – e após dilucidar o relacionamento jornalistas/políticos, em que as recorrentes *gaffes* e *boutades* dos segundos parecem constituir o melhor estímulo para, qual reflexo de Pavlov, os primeiros começarem a segregar a baba emotiva com que os flagelam – que nos propomos proceder à exegese do discurso usado na comunicação política coeva – criptográfica, paupérrima, primado do lugar-comum e do cliché, império do *sound bite* e da omnipresente gíria do porta-voz, paradigma do discurso eivado de logógrafos – protagonizada pelos profissionais supra-referidos, e por contraponto com a proficiência de exímios analistas/comentadores e, um tanto *ad laetere*, outrossim as ambiguidades do designado ‘quarto poder’ (incensado, mais por temor do que por merecido respeito).

Porém, não estando no âmbito desta reflexão proceder à dissecação do rigor e seriedade com que cada um destes grupos sócio-profissionais exerce a sua actividade, a ela se devota – muito menos avaliar o respectivo *modus operandi* – e dada a vasta panóplia de ângulos sob os quais a questão é equacionável convém que, antes de adentrarmos na temática em apreço, esclareçamos em que consiste este nosso desprezioso contributo.

Consabido o estado actual – entre o comatoso (porque eivado de tetraplágia sintáctica e anorexia semântica) e o catatónico – da comunicação política feita por profissionais da mesma – nem edificante, nem auspicioso, antes abusivo primado do cliché<sup>6</sup>, império do *sound bite* – propomo-nos proceder à disquisição da linguagem nela usada tendente a aquilatar, *stricto sensu*, se sempre aí

<sup>5</sup> E a “elevação” desta transcrição de um diálogo mantido na sede do poder legislativo, a Assembleia da República, entre parlamentares de partidos adversários, prova-o à saciedade: “Monumentais despiques verbais animaram toda a legislatura, (...). [...] Termos contundentes não faltaram durante os trabalhos do plenário. Alguns exemplos: (...) e «papagaio» eram outros termos constantes da pitoresca linguagem «parlamentar» (...). [...] Segue, em discurso directo, um trecho eventualmente chocante, protagonizado por uma deputada comunista e uma voz anónima à sua direita:

– Cala-te, reaçã!

– Cala-te, porca!

– Porca era a tua mãe! (in Diário de Notícias, 10/8/2000, p. 5, PC).

<sup>6</sup> Eis alguns dos mais recorrentes: “está em cima da mesa”, “nessa matéria”, “ver/haver luz ao fundo túnel”, “lufada de ar fresco”, “corrida (autárquica/presidencial)”, “passar a pente fino”.

pontificou, como hodiernamente, o lugar-comum ou se o vício é relativamente recente, e *lato sensu*, se ocorreu evolução ou regressão.

Com esse almejo em vista, afigurou-se-nos imperioso compulsar número não despidendo de periódicos anteriores ao 25 de Abril – data que por razões óbvias não carece de justificação – e verificar se depois dela se confirmava/infirmava a existência de mutações significativas, seja ao nível do conteúdo seja da forma, ocorridas nesta variante comunicacional.

E a constatação que de imediato se impõe, e irrefragável, é que da escrita “A Bem da Nação”, do jornalista “atento, venerador e obrigado” à do seu colega do ‘Quarto Poder’, ocorreu um profundo avatar (passe a redundância), que ousamos asseverar ser um fiel retrato – a imagem real – do que *lato sensu* aconteceu na sociedade, no país e na forma como a imprensa os apresentava/representava. E a variadíssimos níveis. Basta que nos detenhamos sobre algumas primeiras páginas desses tempos para aferirmos da justeza da nossa afirmação<sup>7</sup>:

Quási restabelecido da enfermidade que durante largo tempo o obrigara a permanecer no Hospital [...], já recolheu a sua casa o sr. ministro das Finanças, dr. Oliveira Salazar, que no sábado passado dera o seu passeio de automóvel até Cascais.

*Diário de Notícias*, 6/8/1929, 1ª p.

Se há ilação que o exemplo aduzido torna irretorquível é, ao nível da expressão, pontificar o panegírico, uma linguagem pejada de adjectivação encomiástica (não raro com laivos bajulatórios, como no caso “sr. ministro das Finanças, dr. Oliveira Salazar”), com as inerentes repercussões no conteúdo, também ele profundamente laudatório: trata-se de uma linguagem *engagée*, ‘situacionista’, monolítica, que prima pela exagerada reverência, quase subserviência – visível na terminologia usada (“sr. dr.” e “sr. ministro”) – reflexo, afinal, do que constituía a “imagem de marca” de um “país de cócoras”, que fazia por não desmerecer.

Contexto político muito peculiar em que certos vocábulos eram inimagináveis – *verbi gratia* comícios, greves, comissões de trabalhadores, reivindicações, movimentos de libertação, entre uma infinidade de outros de idêntico pendor –, liminarmente erradicados, porque réprobos para o emasculador sistema vigente; tal como impensável seria uma reflexão do cariz desta, de Baptista-Bastos<sup>8</sup>: “A pátria voltou a ser o revés de si própria. Refém de um passado engravatado, cabisbaixo e deprimido, Portugal “portugalizou-se”, e os portugueses deixaram de significar para tornarem a ser insignificantes.”

Contrapondo-lhe agora passagens coevas retiradas da chamada imprensa de referência, a surpresa não poderia ser maior:

*O primeiro-ministro pode considerar-se um homem feliz. Tendo ou não uma licenciatura, tem um emprego. Milhares de portugueses, licenciados e qualificados, não podem dizer o mesmo: estão desempregados. Fernando Sobral, Jornal de Negócios, 9/4/2007, OPINIÃO.*

*Há uma coisa que Sócrates perdeu: a confiança e o respeito das elites. [...] Surpreendeu, sobretudo aqueles que o não conheciam e eram muitos, uma maioria absolutíssima.*

*Raul Vaz, Jornal de Negócios, 13/4/2007, OPINIÃO.*

*Assessores que telefonam ameaçadores para as redacções. Um estatuto de jornalista, na forja, que cerceia a liberdade de imprensa. [...] Já não bastava termos o poder executivo a morder os calcanhares da Imprensa. Camilo Lourenço, Jornal de Negócios, 13/4/2007, OPINIÃO.*

*José Sócrates surgiu na política como um aloé vera. Teria propriedades medicinais e rejuvenesceria a sociedade portuguesa. Mas também é uma espécie de cacto: pica e pode secar*

<sup>7</sup> Impõe-se esclarecer que respeitámos a grafia das palavras tal como a encontramos nos originais que consultámos.

<sup>8</sup> In *Diário de Notícias*, 25/4/2007, p. 7.



*por excesso de água. Sócrates secou pelo excesso de Universidade Independente. Ele é um cacto típico do país: (...). Jornal de Negócios, 16/4/2007, OPINIÃO, FS.*

*A licenciatura de José Sócrates tornou-se uma anedota. Já deixou, há muito, de ser algo importante. É simplesmente, uma espécie de Noddy: uma série de desenhos animados para animar a pequenada, isto é, os portugueses. O problema é que a chacota está a corroer, como ácido, o país. Sócrates é um suicida: criou uma fogueira para se atirar para ela.*

*Fernando Sobral, Jornal de Negócios, 19/4/2007, OPINIÃO.*

*José Sócrates não resistiu. Desgastado pelas trapalhadas, que ele próprio criou, foi ao Parlamento desancar em Marques Mendes (de caminho, suprema ironia, ainda piscou o olho a Paulo Portas, regressado à liderança do CDS).*

*Desancar no líder (fraco) do principal partido da oposição, passando as mãos pelas costas do líder (forte) do terceiro partido é uma verdadeira estupidez.*

*Camilo Lourenço, Jornal de Negócios, 30/4/2007, OPINIÃO.*

*Entretanto, a designação de António Costa para Lisboa ergue a suspeita de que Sócrates quis remover um émulo poderoso. Manigância com antecedentes: lembremo-nos das ciladas a Mário Soares e a Manuel Alegre. Maquiavel advertiu que, em política, não há moral. Sócrates não leu: mas aprendeu de ouvido.*

*Os limites e as confusões deste aviltamento convidam-nos a concluir que, com cavalheiros de tal porte, tudo se resume a ganhar ou a perder.*

*Baptista-Bastos, Diário de Notícias, 16/5/2007, OPINIÃO.*

**O ministro é um camelo?** *Luís Costa, Jornal de Notícias, 2/6/2007, OPINIÃO.*

*Tachos já estão em saldo. Segundo Manuel Monteiro, Carmona Rodrigues ofereceu à Nova Democracia um lugar numa empresa municipal em troca do seu apoio.*

*Daniel Oliveira, Expresso, 13/8/2005, p. 12.*

Fácil se torna inferir ter a mutação ocorrida ido no sentido de maior independência, de maior descomprometimento, logo uma linguagem menos cerimoniosa, mas que, como corolário da maior abertura verificada, levou também a que reiteradamente se passasse aos antípodas da pregressa – como se certos jornalistas se quisessem redimir (ou vingar) de tanta e tão duradoura subserviência – afirmação de que estes dois casos, tão comezinhos quão paradigmáticos, são cabal demonstração: enquanto em 3/8/1926 o Diário de Notícias assinalava, na primeira página, “Passa hoje o aniversário natalício de S. M. o Rei Haakon VII da Noruega (...)”, o mesmo jornal noticiava em 29/7/2005 (mas, desta vez, na página 41), sob o título “Juan Carlos em visita aos Açores” (monarca que um dia confessara a Jorge Sampaio ser a única região de Portugal que nunca visitara): “O presidente da República Portuguesa não se esqueceu do desabafo do monarca espanhol e, há uns meses, endereçou o convite aos reis de Espanha.” Do panegírico de “S. M.” (abreviatura de Sua Majestade) e o “Rei” (com respeitáveis maiúsculas) ao prosaico de Juan Carlos e Jorge Sampaio (ou “monarca”, “presidente” (da República) e “reis” (de Espanha) com minúsculas) está plasmado todo um percurso democrático e, não menos, um avatar com laivos de proletarização que recorrentemente tem levado a cair na irreverência e na animosidade acintosa. Ou, em casos extremos, a raiar a insolência, de que o próximo exemplo é apodixe (aliás, lê-se e fica-se incrédulo, estupefacto perante tal ausência de civilidade: é que o texto, sem o mínimo de qualidade – do cliché (“medidas drásticas”) ao galicismo contestado (“rentável”), passando pelas expressões populares (“abra os cordões à bolsa”, “vai deitar as mãos à cabeça”), pelo plebeísmo (“a malta”), pela falta de urbanidade (“o Fraga”), pela deselegância (“no dia em que resolver olhar para os projectos”) e pela pesporrência jactante (“Aposto com o ministro”) – não passa de um mostruário de tudo o que, por falta de dignidade linguística (a

que acresce a iniludível intencionalidade de ofender), jamais deveria vir a público (muito menos num jornal com um público-alvo como o deste):

*Os euros mal gastos (os que já se foram e os que ainda estão para ir) neste projecto davam, seguramente, para poupar algumas medidas drásticas, anunciadas como “necessárias”. [...] Só a linha Lisboa-Porto é que vai ter tráfego rentável. [...] A de Porto-Vigo só não dá para rir tanto porque a distância é curta e pode ser que o Fraga abra os cordões à bolsa. [...] Aposto com o ministro Mário Lino as suas duas reformas em como ele vai ser obrigado a reconhecer esta evidência, no dia em que resolver olhar para os projectos e deixar de dizer frases soltas sobre o TGV. [...] No meio disso tudo, haverá umas quantas cimeiras luso-espanholas em que a malta do MNE vai deitar as mãos à cabeça porque nada foi feito e a malta do gabinete de Sócrates vai inventar um papel A4 para fingir que existe alguma novidade (...).*

*Ricardo Costa, Diário Económico, 17/6/2005, p. 2.*

Situação só possível por esquecimento intencional de determinados conceitos-chave – tais como, precipuamente, acarretar o seu estatuto algumas obrigações morais e ser a sua uma profissão ao serviço dos demais, o que faz dele um “servidor” – que vão directos ao âmago da questão, identificam e apontam o protagonista. De facto, o jornalista tem de desvelar-se em saber como funciona a sociedade que o envolve, e a isso é inerente a obrigação de pensar nos destinatários da sua mensagem informativa, a necessidade de conhecer as suas características sociais e culturais a fim de poder proporcionar-lhes a informação íntegra e inequívoca sem incorrer no erro de ser pesado ou superficial. Detectar o pormenor que explica a notícia, destarte prescindindo do trivial, é apanágio do bom profissional que, à sua maneira, poderá funcionar como primeiro *gatekeeper* e é, outrossim, o que em parte o diferencia do profissional medíocre, como Núñez Ladevéze (1991: 174-175) assevera: “(...) su capacidad intuitiva para comprender el alcance contextual de los acontecimientos e interpretarlos adecuadamente con relación a los intereses singulares de los públicos relativos.”

Mas também só possível por desconhecimento do que preconizam alguns dos mais eminentes teorizadores do jornalismo – entre os quais Francisco Iglésias (1984: 27) para quem “El periodismo consiste en la información ‘objectiva’ sobre hechos, juicios e ideas que integran la ‘realidad actual’ – e que ilustra perfeitamente a proficiência das palavras de Luka Brajnovic (1991: 62) quando sublinha que “(...) informador no puede ser cualquiera, sino la persona capacitada para ello. Capacitada tanto intelectual como moralmente.”

É por demais óbvio que não questionamos a liberdade de que hodiernamente desfrutam os jornais – reputamos mesmo assaz gratificante a possibilidade de, ao lê-los, podermos fruir certos textos de opinião que, pondo a nu a actuação menos curial de determinados políticos, nos esclarecem e ajudam a ver tudo o que está oculto num mundo que devia ser cristalino, transparente.

O que não é, de modo algum, compaginável com a pessorrência de outros (jovens e/ou não tão jovens quanto isso...) que, sem noção dos limites da sua função (que amiúde exorbitam) e em acintosa competição com os políticos que pretendem hostilizar, acabam por agredir reiteradamente os leitores através da imposição dos seus (estultos) pontos de vista, porque convencidos de encarnarem o “quarto poder”, mas ignorando que, como Luka Brajnovic (*id.*: 161) postula – quando, discreteando acerca da informação e depois de realçar o imperativo de esta, *lato sensu* considerada, dever ter uma ordem e hierarquia patentes na selecção dos “hechos, datos e sucesos” informativamente relevantes e necessários, função que compete ao jornalista, realça:

*En el fondo se trata de una obligación moral del informador que ni es ni representa poder alguno, si no quiere convertirse en un dictador y un usurpador. Su función es de servidor que pone – eso sí– toda su capacidad y todas las cualidades y posibilidades de un experto inteligente y honrado al servicio de los demás. En este sentido, la labor informativa es el primer servicio influyente en las relaciones sociales y de ningún modo el cuarto poder a nivel de los poderes legislativo, judicial y ejecutivo.*

Postura judicativa que, quer pela sua singularidade quer pela frontalidade com que é expressa – em total contracorrente com a vigente, que vai no sentido da enfatização dessa pretensa equiparação de poderes – não pode deixar de ser sublinhada e de merecer plena anuência. Justifica-se, aliás, a propósito deste tão controverso conceito, abrir aqui um breve parêntesis tendente a desmitificar e clarificar certas ideias feitas.

Questão pouco consensual – a de ser ou não o jornalismo o quarto poder – a verdade é que a generalidade dos especialistas propendem, pela afirmativa, para o seu apoio tácito, assim lhe conferindo legitimidade para ombrear com os poderes legislativo, executivo e judicial. Neste sentido se pronuncia – e para evitarmos a adução de uma fastidiosa listagem cingir-nos-emos a uns poucos exemplos – Mar de Fontcuberta (1993: 15) que após sublinhar poder a máxima “uma pessoa sem informação é uma pessoa sem opinião” parecer um lugar-comum lhe reconhece pertinência porquanto é: “por ese motivo los medios se convirtieron en protagonistas activos de un sistema social que pronto les equiparó en importancia a los poderes legislativo, ejecutivo y judicial.”

Também Adriano Duarte Rodrigues (1990: 41), depois de aludir à mutação sofrida pela imprensa – que “(...) de veículo de opinião publicamente produzida nos espaços de debate e de convívio, torna-se, a pouco e pouco, produção de opinião” – situa aqui a emergência do quarto poder:

*O escritor e o jornalista surgem assim em confronto com o político, na luta pelo direito à função de mediação. Enquanto o primeiro se assume como mediador da humanidade, o segundo apresenta-se como mediador da vontade política, como fundador da legitimidade delegada. É no interior deste confronto que se legitima o chamado 'quarto poder'.*

Outro tanto se passa com McQuail (1991: 192-193) que, após haver assinalado não subsistirem dúvidas de que as organizações dos meios de comunicação (em particular as que têm uma finalidade informativa e de opinião) procuram desempenhar um papel na sociedade, matiza a questão frisando estar a natureza deste papel aberta a diferentes interpretações. Ainda que realçando que certos tipos de publicações, sobretudo periódicos prestigiosos ou de elite (Le Monde, The Times, etc.) se têm destacado deliberadamente como influentes graças à qualidade da sua informação ou à autoridade da sua opinião, reconhece, no entanto, que outros têm uma esfera de influência mais limitada. O que resulta da opção entre um papel mais activo e participativo na sociedade ou um mais neutral, concepções que aproveita para se referir à “(...) tradicional noción de 'Cuarto Estado', que abarca la concepción de la prensa como representativa del público, crítica del gobierno, defensora de una determinada política y agente político.”

Embora não refutemos as opiniões antes coligidas, o que a nosso ver está em causa é, antes de mais, o modo como os jornalistas se propõem desempenhar o seu múnus: se, de uma forma vertical e íntegra (implacáveis fiscalizadores da actividade governamental) ou se, ao invés, como a “voz do dono”, porta-vozes dos poderes instituídos, espécie de “casta de párias”<sup>9</sup>, sem pietismo

<sup>9</sup> É, afinal, o que numa bem humorada diatribe – pelo partido que tira da polissemia do vocábulo 'quarto' e do trocadilho que com ele constrói – contra determinadas medidas governamentais lesivas dos interesses da classe faz César Príncipe: “Os jornalistas cedo foram colocados na lista [...], isto é, aqueles jornalistas (maioria) que não mostravam apetência para propaladores de intrigas e recados (...). Os jornalistas, como ramo de emprego e na condição de agentes de cultura e de civilidade, mereceram maus tratos. Pagaram, na generalidade, o preço dos que não se vendem nem se rendem. Preferiram suportar a arrogância e a petulância a frequentar as sedes e a dessedentar as sedes dos equívocos intelectuais e morais. O 'quarto poder' foi aliciado a reduzir-se ao **poder do quarto**. Bastantes aguentaram em silêncio o seu quinhão de resistência. Alguns arranjaram espaço e forma de manifestar a imagem e a aragem do país, o direito à democracia da reflexão e da contestação. Cf “O 'QUARTO PODER' E O PODER DO QUARTO”, in *Jornal de Notícias*, 30/10/1995, última página.

denunciada, menoscabada e exprobrada pelos probos profissionais que com eles têm de conviver nas páginas da imprensa:

*Por outro lado, solertes comentadores estipendiados persuadem-nos de que onde nascemos, vivemos e estamos é local de pertença. Tudo isto configura uma impostura, escorada em textos fortemente convincentes, subscritos por vigorosos “intelectuais independentes” e de “sólida formação filosófica”. Baptista-Bastos, Jornal de Negócios, 20/4/2007, OPINIÃO.*

*A generalidade da cobertura montada [...] constitui um circo mediático ao qual é abusivo e injusto aplicar a designação de jornalismo. Na cobertura deste tipo de casos não há apenas a considerar pseudojornalistas desonestos e sensacionalistas. (...) traficantes de emoções, de especulação e de morbidez. João Paulo Guerra, Diário Económico, 22/5/2007, p. 52.*

Fechado o parêntesis e questionado o poder de que certos jornalistas se crêem investidos, retomemos o fio do discurso que atrás explanávamos para asseverar ser, em nossa opinião, uma mal disfarçada ânsia de afirmação como contrapoder que leva certos ‘escreventes’ (designação mais consentânea com o seu estatuto) hodiernos a caírem no extremo oposto, a tornarem-se o negativo da foto do seu colega (já referido) “atento, venerador e obrigado” – fórmula “sagrada”, a par com o celeberrimo final dos documentos administrativos, “A Bem da Nação” – de tempos pregressos (bajulador que ninguém admira, antes é execrado) e a produzirem uma comunicação tão entediante quanto a deste, só que de sinal contrário: a subserviência substituída pela jactância! Com a agravante, não desprecienda, de o fazerem usando o estilo informativo, e não o opinativo (onde seria menos gravosa e nefasta), por a este lhes ser vedado o acesso, reservado que está aos *opinion makers* a que antes aludimos: veteranos credenciados, articulistas e colunistas de reputado mérito.

E ainda bem que esta triagem ocorre, porque é justamente na rubrica “Política” (seja na análise seja no comentário) que surgem os textos mais atractivos, mais profícuos, mais gratificantes para o leitor e, concomitantemente, os mais bem redigidos e onde é mais marcante o contributo da comunicação política para o enriquecimento do léxico. Com efeito, não é possível – nem, em nome do rigor, seria curial fazê-lo, precipuamente depois de termos elencado todos os vícios que patenteia e as atopias de que enferma – escamotear os inegáveis méritos da comunicação política na imprensa, quer na reposição em circulação de palavras que se encontravam mais ou menos em “hibernação” quer na entrada de novos vocábulos no léxico quotidiano.

Entre os primeiros – aqueles que, conquanto já existentes, eram de esporádica utilização –, referiremos apenas, porque paradigmáticos, os casos do adjetivo “putativo” (cujo regresso se deve a Vasco Pulido Valente) e dos substantivos “laxismo” (cuja “paternidade” é atribuível a Almeida Santos, enquanto Presidente da Assembleia da República) e “tralha” (utilizado por Vicente Jorge Silva para se referir a certos seguidores do então secretário-geral do PS (António Guterres) e que “pegou” definitivamente). Entre os segundos, lugar de destaque para os neologismos (se assim se pode, com propriedade, designá-los) “lobista”<sup>10</sup>, “jihadista”, “resiliência” e “flexissegurança (conceito ainda não definitivamente assente e, por isso, também grafado “flexi-segurança” ou “flexigurança”), criações a que os dicionários não desdenharão dar guarida a curto prazo, atinente o escrupuloso cumprimento das normas referentes à construção de novos vocábulos nele observadas.

Entre as “reposições” (os primeiros) e as “criações” (os segundos), situa-se toda uma vasta panóplia de palavras nem sempre usadas da forma mais ortodoxa, quando não mesmo indevidamente utilizadas em contextos que o seu significado não permite mas que, dada a recorrência do seu uso, não nos surpreenderia viessem a ver legitimadas estas acepções. É, entre uma infinidade de outros, o caso dos vocábulos “inquilino de S. Bento/de Belém” (paradigma de

<sup>10</sup> Já registado no Houaiss, mas não no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

alargamento semântico abusivo), “desmistificar” (em lugar de “desmitificar”), “realizar” (no sentido de “entender/compreender”), “espectro (político)” e, em particular, do verbo “despoletar” que – não obstante o alerta lançado por um dicionário<sup>11</sup>: “Termo muitas vezes usado erradamente com o sentido, exactamente oposto, de desencadear, precipitar” – continua a ver grassar este seu uso e prossegue a sua triunfal caminhada no discurso de (certos) políticos e jornalistas.

É claro que parte não negligenciável do *statu quo* a que a comunicação política chegou só à aridez intelectual da maioria dos políticos (cujo discurso é um *déjà vu* de lugares-comuns, palavras-vicárias e frases feitas) é imputável. Na verdade, encontrar, nos tempos coevos, um político que seja exímio orador, que se exprima fluentemente, com um vocabulário adequado e diversificado, é uma raridade (quase ousaríamos dizer, uma espécie em vias de extinção que, *ipso facto*, urge proteger e preservar). Porque a regra é o discurso monolítico, psitacístico (sincrético) – veiculado numa linguagem despersonalizada, crioula (porque produto de miscigenações diversas), em que todos tendem a “implementar medidas”, todos se debatem com falta de verbas para “acessibilidades”, todos vivem o problema das “deslocalizações” (quando deviam era angustiar-se com o drama do encerramento das fábricas e do desemprego daí decorrente) – que deixa a desagradável sensação de haver sido adquirido por mimetismo, quem sabe se devido à atracção exercida pela sonoridade de determinados vocábulos, tais como “sustentabilidade”, “imprescindibilidade” ou “infra-estruturar”.

E quando à pobreza vocabular se alia a falta de rigor sintáctico e/ou o desconhecimento das conjugações verbais – então o quadro é lapidar. O pior que pode sobrevir, perante cenário já de si tão deplorável, é ser complementado com aquilo que Núñez Ladevéze designou “gíria do porta-voz”, a qual é veiculada por uma personagem que, fruto de um pensamento sincrético e adquirindo por mimetismo todas estas monstruosidades (verdadeiros crimes de lesa-idioma), as vai propagar dando assim “inestimável contributo” para o idiomocídio em curso. E não só por desconhecimento de que embora o vocabulário constitua uma parte determinante da língua não é o que a caracteriza como um sistema humano de comunicação, como salienta Tusón (1995: 33), que não se coíbe de recorrer a uma comparação menos ortodoxa para explicitar a sua afirmação:

*(...) los chimpancés, los pájaros y otras especies animales también poseen un léxico ligado a los deseos, juegos y aconteceres inmediatos y concretos; mas les falta la sintaxis: son animales léxicos; gramaticales, no.*

É pois evidente, nesta perspectiva, que mais importante do que o vocabulário disponível, e o autor (*id.*: 34) afirma-o sem tergiversar, é ser “Una lengua su organización” – a arquitectura oracional; o sistema de referências interoracionais; a morfologia e o significado dos tempos verbais; a correlação temporal; o regime preposicional, pois que tudo isso constitui uma parte crucial da estrutura formal de uma língua –, que, remata Tusón, “es precisamente lo que habrá de descubrir quien consiga tener su pericia”.

É óbvio que a caótica situação antes retratada na gíria dos porta-vozes e na comunicação de alguns políticos não atinge, nem afecta, os exímios jornalistas, articulistas e cronistas que, confrontados com tão lapidar beócia – conquanto forte, convenhamos, o termo traduz a realidade –, a contornam nos seus textos (e, por piedade cristã, nem sequer a denunciam). Poderá, quando muito, contribuir para de algum modo fundamentar a sua perda de respeito por certos representantes de uma classe, a política, com a qual a sua actividade tem imensas afinidades – se imbrica em determinados aspectos – e legitimar comentários mais mordazes que amiúde lhe fazem.

O que, a concluir, nos permite asseverar, como corolário da argumentação atrás aduzida, ser, *malgré tout*, inquestionavelmente mais atractiva e empolgante a comunicação política processada por

<sup>11</sup> Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Porto, Porto Editora, 1996, p. 589.

jornalistas de referência – até porque, concomitantemente, mais enriquecedora, devido ao alargamento e variedade do léxico – do que a da generalidade dos políticos que, porque criptográfica, despersonalizada e entediante, só teria a ganhar (e incomensuravelmente) com o seu contacto/imbricação com aquela, essa sim altamente profícua.

### **Bibliografia**

- Brajnovic, L. (1991): *El Ambito Científico de la Información*. Pamplona: Ed. U. Navarra, SA, 2º ed..
- Barthes, R. (1977). *Ensaio Críticos*. Lisboa: Edições 70.
- Diezhandino, M. (1994). *El Quehacer Informativo.El 'arte de escribir' un texto periodístico*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- Hernando, B. (1990). *Lenguaje de la Prensa*. Madrid: EUDEMA (Ed. Univ. Complutense, SA).
- Iglesias, F. (1984): *Ciencias de la Información*. Pamplona: EUNSA.
- Martínez Albertos, J. (1983). *Curso General de Redacción Periodística*. Barcelona: Ed. Mitre.
- Mcquail, D. (1991): *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*. Barcelona: Ed. Paidós, 2ª ed. rev. y ampl.
- Núñez Ladevéze, L. (1993). *Teoría Y Práctica de la Construcción del Texto*. Barcelona: Ariel Comunic.
- Pinto, M. (2001). *O Avatar da Linguagem da Imprensa Hodierna e Seus Actores*. Porto: Ed. UFP.
- Pinto, M. (2005). *Ainda bem que Mo Sugeriu: 'Jornalês' que Diabo de Linguagem É Essa?* Porto: Ed. UFP.
- Pinto, M. (2006). *Como Evitar o Atamancado do 'Jornalês' – Contributos para uma Boa Prática da Escrita Jornalística*. Porto: Papiro Ed.
- Pinto, M., e Ponce de Leão, I. (2006). *Veritas odium parit – Imagem de um Povo nos Idiomatismos de Imprensa*. Porto: Edições UFP.
- Pinto, M. (2007). *Notícias de Imprensa: da Fiabilidade à Falaciloquência*. Porto: Ed. UFP.
- Ponce de Leão, I. (2005). *A Obrigação, a Devoção e a Maceração*. Lisboa: IN-CM.
- Torga, M. (2001). *Diário*, V/VIII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Torga, M. (2001). *Diário*, IX/XII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Torga, M. (2001b). *A Criação do Mundo*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tusón, J. (1995): *El lujo del lenguaje*. Barcelona: Ediciones Paidós. 2ª reimpressão.